

A teoria da história de Karl Marx: uma defesa

GERALD A. COHEN

Campinas: Editora da Unicamp, 2013, 503p.

*Claus M. Germer**

A obra de Cohen, agora publicada pela Editora Unicamp, apareceu em primeira edição em 1978, e em segunda edição ampliada em 2000. A ampliação consistiu na inclusão de uma *Introdução à edição de 2000: Reflexões sobre o marxismo analítico*, e na adição de quatro novos capítulos, no fim da obra, aos onze capítulos originais. A obra é tida como fundadora de uma corrente – mais propriamente de um grupo de autores – que veio a denominar-se “marxismo analítico”, cujos líderes foram Cohen, John Roemer e Jon Elster. Por esta razão, o livro possui um significado, pelo método e pelo objetivo teórico, tão ou mais importante que o seu objeto, a teoria da história de Marx, ou a versão de Cohen desta teoria. Pode-se dizer que o objeto foi o suporte de um projeto metodológico de reformulação do materialismo histórico com base em princípios teóricos e metodológicos não marxistas.

O objetivo do autor, explícito no título, é apresentar uma defesa da teoria da história de Marx, especificamente da tese marxista de que o desenvolvimento das forças produtivas determina o curso histórico da sociedade humana, mas uma defesa baseada em uma profunda e ampla – pode-se dizer radical – reformulação do materialismo histórico, tal como formulado por Marx. Por esta razão, é necessário e oportuno, no momento em que a obra fundante do “marxismo analítico” ingressa

* Professor aposentado do Departamento de Economia da UFPR. E-mail: cmgermer@ufpr.br

na bibliografia brasileira, estar atento para a profundidade da reformulação do marxismo pretendida pelo autor e pelo grupo que a partir de então se formou, ao ponto de ser comum duvidar-se da aplicabilidade do termo “marxismo” ao seu nome. A despeito disso, a retomada aprofundada desta tese essencial do materialismo histórico é um indiscutível mérito da obra de Cohen.

Assim, antes de falar do livro, é indispensável mencionar as características gerais do projeto a ele subjacente, o “marxismo analítico”, pois o livro, embora em defesa de uma importante parte da teoria de Marx, constitui um contundente desafio ao marxismo. Esta é a razão pela qual a polêmica em torno do livro girou tanto ou mais em torno da legitimidade do uso do termo “marxismo”, no marxismo analítico, do que em torno do seu objeto. Eis como Cohen define o marxismo analítico: “ser analítico é ser o oposto à forma de pensamento tradicionalmente pensada como parte integrante do marxismo: [...] é o oposto do assim denominado pensamento dialético; [...] é o oposto do que se pode chamar de pensamento ‘holístico’”. Cohen investe, assim, diretamente contra dois pilares do materialismo histórico: a dialética e a concepção holística da realidade. O oposto do pensamento holístico é o individualismo metodológico, base filosófica e metodológica das ciências sociais burguesas, adotado pelo marxismo analítico.

Cohen não mediu palavras para diferenciá-lo do marxismo tal como os marxistas geralmente o concebem, ao mesmo tempo que, justificadamente, estigmatizou o marxismo vulgar, isto é, o marxismo sem compromisso com o rigor teórico, com a expressão *bullshit marxism*, traduzida por *marxismo verborrágico*. Mas Cohen não se limitou a esta crítica justificada, pois, na introdução à edição de 2000, lançou na vala comum do *bullshit marxism* todos os que, após o surgimento do marxismo analítico, a ele não aderissem. Cohen reconhece haver marxistas que não são “nem analíticos, nem verborrágicos; mas uma vez que o marxismo pré-analítico [...] encontra o marxismo analítico, ele deve ou se tornar analítico ou se tornar verborrágico” (p.28-29)!

Cohen define como meramente “técnicas” as quatro correntes teóricas não marxistas constitutivas, segundo ele, do marxismo analítico: 1) as “técnicas de análise lógica e linguística” da filosofia analítica, a corrente filosófica dominante do *establishment* acadêmico anglófono, no século XX, origem do nome do “marxismo analítico”; 2) as “técnicas de análise econômica” da economia neoclássica, desenvolvimento do que Marx denominou “economia vulgar”, também amplamente dominante em todo o mundo capitalista; 3) a “teoria da decisão”, “teoria dos jogos” e, mais geralmente, “teoria da escolha racional”. “[...] que se desenvolveram a partir e ao longo da economia neoclássica” (p.21); 4) a análise funcionalista, que, embora o próprio Cohen não a acrescente a esta lista, comparece em todo o livro com grande destaque. Considerando o audacioso propósito de realizar uma análise marxista com a inclusão de correntes tão opostas a este, causa surpresa que Cohen não tenha procurado demonstrar a compatibilidade destas com os princípios fundamentais do materialismo histórico, ou os que restam após a ex-

clusão do pensamento holístico e da dialética. Com esta bagagem não surpreende que o leitor marxista se pergunte: o marxismo analítico é marxista?, dúvida que acometeu o próprio Cohen, que procurou respondê-la, sem sucesso, na seção 6 da introdução à edição de 2000.

Os capítulos II e III se referem diretamente ao tema central, nos quais o autor procura definir e identificar detalhadamente as forças produtivas e as relações de produção. Esta constitui uma contribuição efetiva ao debate marxista, geralmente limitado aos conceitos mais gerais sobre o tema, dispensando os necessários detalhamento e precisão conceitual. No capítulo VI, o objetivo é demonstrar textualmente a defesa de Marx da tese da primazia das forças produtivas e expor a natureza desta primazia. Mas parte da defesa baseia-se em princípios não marxistas, como a “natureza humana” permanente, o comportamento racional e a escassez (p.190-200). O capítulo VII é uma análise principalmente linguística da tese da primazia e da sua aplicação à explicação da sucessão de modos de produção, em parte divergente da apresentada por Marx. Nestes dois capítulos, o materialismo histórico foi apresentado mais especificamente como “uma teoria funcionalista da história e da sociedade” (p.295). Os demais capítulos referem-se, de modo mais ou menos direto, a aspectos do tema central. Os capítulos IX e X constituem uma extensa e vigorosa defesa da utilização do funcionalismo, em geral e no marxismo. Cohen insiste que grande parte das explicações do materialismo histórico e do próprio Marx são funcionais e que a maioria dos marxistas utiliza explicações funcionais sem o saber (p.17, 325 et seq.).

A luta de classes comparece modestamente, mas Cohen aborda o problema da presença simultânea e não resolvida, na literatura marxista, de duas causas da revolução social, por um lado, a contradição FP x RP e, por outro, a luta de classes, o “motor da história”, segundo o *Manifesto*, cujo vínculo ou não é identificado, ou, se o é, não é explicado. Cohen não dá o merecido destaque ao problema, mas fornece, embora ambigualmente, elementos da sua solução. Por um lado, considera que “o poder explicativo da luta de classes é [...] limitado”, por não ser “a explicação fundamental da mudança social”, que é a contradição FP x RP (p.188). Por outro lado, afirma “[não] suprim[ir] a luta de classes do centro da história” (p.339) por ser “*um dos principais meios* através dos quais as forças produtivas se impõem sobre as relações de produção” (p.339, *italicos nossos*), sem esclarecer quais poderiam ser os outros meios. Mais importante é que não avança na explicação do vínculo entre os dois elementos.

O último capítulo, acrescentado à edição de 2000, fornece uma nota provocativa à conclusão da obra. Resumidamente, Cohen argumenta que o colapso da União Soviética pode ser considerado um “triumfo” da teoria da história de Marx, pois este afirmara que “uma formação social jamais perece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém” (p.447-8). Como isso não havia ocorrido na Rússia antes da revolução, o fracasso do socialismo lá intentado confirmaria esta tese de Marx.